

Demonstrações Financeiras

RC Participações S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

RC Participações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
RC Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RC Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RC Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de setembro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre Fermino Alvares', is written over a horizontal line.

Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-1SP211793/O-5

RC Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	2
Dividendos a receber	5	3.492	3.234
Impostos e contribuições a recuperar	5	2.130	1.851
Outras contas a receber		-	1.755
Total do ativo circulante		5.638	6.842
Não circulante			
Impostos a recuperar		630	630
Investimentos	6	106.275	95.393
Total do ativo não circulante		106.905	96.023
Total do ativo		112.543	102.865
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher	7	530	503
Dividendos a pagar	8	549	2.593
Outras contas a pagar		6	2
Total do passivo circulante		1.085	3.098
Não circulante			
Impostos e contribuições a recolher		251	401
Total do passivo não circulante		251	401
Patrimônio líquido	9		
Capital social		81.792	81.645
Reservas de lucros		29.153	20.093
Ajuste de avaliação patrimonial		262	(2.372)
Total do patrimônio líquido		111.207	99.366
Total do passivo e do patrimônio líquido		112.543	102.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(31)	(379)
Outras despesas operacionais, líquidas	10	(288)	(467)
Resultado de equivalência patrimonial	6	12.221	11.953
Lucro operacional		11.902	11.106
Receitas financeiras		(317)	119
Despesas financeiras		(258)	(306)
Lucro líquido do exercício		11.327	10.919
Quantidade de ações ao final do exercício - em milhares	9	83.000	83.000
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		0,14	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	11.327	10.919
Outros componentes do resultado abrangente:		
Participação no resultado abrangente da investida	2.634	(661)
Total do resultado abrangente	13.961	10.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (a integralizar)	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	81.522	-	879	10.967	(1.710)	-	91.658
Integralização do capital	1.478	(1.355)	-	-	-	-	123
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(79)	-	10.919	10.840
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	-	-	(2.593)	(2.593)
Efeito reflexo de investida	-	-	-	-	(661)	-	(661)
Constituição de reservas	-	-	546	7.780	-	(8.326)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	83.000	(1.355)	1.425	18.668	(2.372)	-	99.366
Integralização do capital	-	147	-	-	-	-	147
Lucro líquido do exercício	-	-	-	423	-	11.327	11.750
Distribuição de dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	-	-	(2.690)	(2.690)
Efeito reflexo de investida	-	-	-	-	2.634	-	2.634
Constituição de reservas	-	-	566	8.071	-	(8.637)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	83.000	(1.208)	1.991	27.162	262	-	111.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	11.327	10.919
Ajustes de:		
Equivalência patrimonial	(12.221)	(11.953)
Amortização de intangível	288	467
Variações nas contas patrimoniais		
Impostos a recuperar	337	(258)
Outras contas a receber	1.755	(400)
Impostos a recolher	(123)	(52)
Outras contas a pagar	4	77
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) nas atividades operacionais	1.367	(1.353)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos de investida	3.234	4.568
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	3.234	4.568
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos e antecipações de dividendos	(4.734)	(3.400)
Integralização de capital	147	123
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(4.587)	(3.277)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	14	(62)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2	64
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	16	2
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	14	(62)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1. Contexto operacional

A RC Participações S.A. ("Companhia") é uma holding de instituição financeira, que em seu Estatuto tem como objeto social única e exclusivamente a participação acionária em instituição financeira e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que está constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A RC Participações S.A. é formada pelos sócios quotista Ruasinvest Participações S.A e VT Cunha Participações Ltda. No entanto, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre e os sócios/quotistas, independente do percentual de participação.

A RC Participações atualmente possui como único investimento o Banco Luso Brasileiro S.A., onde detém 43% de quotas de participação, sendo o Banco Luso uma instituição financeira especializada na concessão de diferentes tipos de crédito e na prestação de serviços para Companhias de médio e grande porte, especificamente no setor de transportes coletivos.

Efeito da Covid-19 nas demonstrações financeiras

O cenário econômico de 2021 foi semelhante à 2020, em razão da pandemia de COVID-19 que perdurou após o surgimento de novas variantes, apesar desse contexto, a Companhia identificou uma evolução de 2,2% no resultado líquido apresentado por seu investimento em comparação com o mesmo período do ano anterior, ficando 1% acima do resultado previsto para esse período.

A Administração avaliou que os maiores impactos ocasionados pela COVID-19 já foram superados e, com base nas informações disponíveis até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não identificou riscos relevantes que pusessem por em dúvida a capacidade de operação futura de seu investimento, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de setembro 2022.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, juros sobre o capital próprio a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- (iii) Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- (iv) Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, juros sobre capital próprio a receber e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem dividendos a pagar e outras contas pagar.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

a) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

b) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

b) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.2. Ativos circulantes e não circulantes

Investimentos

O investimento na coligada onde a Companhia possui influência significativa é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

Investimentos--Continuação

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a coligada são eliminados em proporção à participação na coligada.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil.

Ao perder influência significativa sobre a coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligada e representa o excesso da contraprestação transferida e do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da coligada, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Relacionado ao Mercado
 - Propriedade Intelectual - Marca
- Relacionado a Cliente
 - Carteira de Clientes
 - Contratos Consignados

Amortização

Marca - considerando a relevância do Banco Luso no mercado e seus vários anos de existência, foi utilizada vida útil de 20 anos remanescente para a Marca, conforme expectativa da Administração. Este é um período considerado razoável para que a transferência de atributos da marca adquirida para a marca adquirente seja realizada adequadamente, e minimize a eventual fuga de clientes para a concorrência, e mesmo para o reposicionamento do negócio, sendo este período aplicado para a avaliação da marca do Banco Luso.

Carteira de cliente - o Índice de Perda de Clientes (i.e. *churn rate*) utilizado foi de 6,0% a.a., reduzindo o total da carteira linearmente por um período de 16 anos e 8 meses, que é consistente com a vida média informada para o relacionamento com clientes dos produtos do Banco Luso.

Contratos consignados - foi utilizada *churn rate* de 19,6% baseada no prazo médio de empréstimos consignados para funcionários públicos, publicado pelo BACEN para a data-base. Adicionalmente, foi considerada taxa de renovação de empréstimos consignados de 40% até o prazo de vencimento dos contratos. Em 2020 o ativo foi totalmente amortizado.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Ativos circulantes e não circulantes--Continuação

Amortização--Continuação

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.3. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.4. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência de exercício e compreendem principalmente amortização de intangíveis, ganhos com equivalência patrimonial e serviços de terceiros.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos diferidos--Continuação

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, por não preencher os requisitos estabelecidos no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, que determina, entre outros, a existência de expectativa de lucros tributários futuros para o reconhecimento dos créditos de impostos.

3.6. Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente à administração de capital durante o exercício.

3.7. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021

Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 não geraram alterações significativas nas demonstrações financeiras vigentes. As novas normas, interpretações, e alterações emitidas, mas que não entraram em vigor findo o exercício de 31 de dezembro 2021 não foram adotadas antecipadamente, por decisão da Companhia.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7. Pronunciamentos técnicos que passaram a vigorar durante 2021--Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para as Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento.

O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

3.8 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As novas normas, interpretações, e alterações emitidas, mas que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2021, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações nas demonstrações financeiras, se cabível, quando entrarem em vigor.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor --Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro:

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8. Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim apresentados:

	2021	2020
Banco conta movimento	1	2
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	15	-
	16	2

5. Dividendos a receber

Os dividendos a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está representado por juros sobre capital próprio que são contabilizados em contrapartida às receitas financeiras impactando o resultado de equivalência patrimonial. Para fins de apresentação, os impactos no resultado são eliminados, sendo apresentada a redução no saldo de investimento.

a) Composição dos saldos recebidos como JSCP

	2021	2020
Juros sobre capital próprio a receber	3.492	3.234
Impostos de renda retido na fonte a recuperar	616	571
	4.108	3.805

b) Movimentação dos saldos

	JSCP	IRRF	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.997	1.593	5.590
Recebimento de JSCP	(3.997)	-	(3.997)
Juros sobre capital próprio de 2020	3.234	-	3.234
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2020	-	571	571
Utilização de IRRF a recuperar	-	(313)	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.234	1.851	5.085
Recebimento de JSCP	(3.234)	-	(3.234)
Juros sobre capital próprio de 2021	3.492	-	3.492
IRRF sobre juros sobre capital próprio de 2021	-	616	616
Utilização de IRRF a recuperar	-	(337)	(337)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.492	2.130	5.622

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

5. Dividendos a receber--Continuação

No exercício de 2021, a investida Banco Luso Brasileiro S.A. apurou em seu balanço o valor de JSCP (Juros sobre Capital Próprio) no montante de R\$ 8.344 (2020 - R\$ 8.849). Consequentemente, a Companhia registrou o valor de R\$ 4.108 (2020 - R\$ 3.805) referente à participação acionária de 43%.

6. Investimentos

	2021	2020
Banco Luso Brasileiro S.A.	96.741	85.571
Ágio - Banco Luso S.A.	7.283	7.283
Intangíveis	2.251	2.539
	106.275	95.393

a) Composição

	Investimentos em participação societária		Ágio		Saldo final do investimento	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Banco Luso Brasileiro S.A.	96.741	85.571	7.283	7.283	104.024	92.854
	96.741	85.571	7.283	7.283	104.024	92.854

	Investimentos em participação societária		Ágio		Saldo final do investimento	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Banco Luso Brasileiro S.A.	85.571	78.084	7.283	7.283	92.854	85.367
	85.571	78.084	7.283	7.283	92.854	85.367

O investimento no Banco Luso Brasileiro S.A. refere-se a 5.664.898 ações subscritas, que correspondem a 43% de participação no patrimônio líquido do Banco Luso Brasileiro S.A, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

b) Movimentação dos investimentos

	2021	2020
Investida: Banco Luso Brasileiro S.A.		
Em 1º de janeiro	85.571	78.084
Equivalência patrimonial	12.221	11.953
Distribuição de JSCP	(4.108)	(3.805)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.057	(661)
Em 31 de dezembro	96.741	85.571

O resultado de equivalência patrimonial reconhecido na demonstração do resultado do exercício contém também a parcela relacionada ao juros sobre capital próprio que foi reconhecida em rubrica específica no balanço patrimonial.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

6. Investimento--Continuação

c) Informações relevantes da Companhia investida

	2021	2020
Total do ativo	2.098.901	1.783.427
Total do passivo	1.898.648	1.584.426
Patrimônio líquido	200.253	199.001
Resultado do exercício	28.420	27.797

d) Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

Conforme mencionado na Nota 3.3, a Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos não financeiros de vida útil indefinida, o qual está substancialmente representado pelo ágio de expectativa de resultados futuros provenientes de combinação de negócios na aquisição da participação societária na coligada Banco Luso Brasileiro S.A.

O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC), identificada de acordo com o segmento operacional, que nesse caso é representando pelo próprio Banco Luso Brasileiro S.A. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas de acordo com os planos da administração e levados a perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atual.

Principais premissas utilizadas:

- As projeções financeiras foram elaboradas em Reais e em termos nominais, ou seja, sem considerar a inflação;
- A avaliação desse ativo intangível foi baseada em projeções de receita da coligada Banco Luso Brasileiro S.A. com base no portfolio de produtos financeiros, elaboradas de acordo com as premissas do modelo de avaliação econômico-financeiro da coligada;
- As despesas com imposto de renda e contribuição social foram aplicadas e projetadas com base na legislação tributária atual e alíquota aplicável de 34%.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

6. Investimento--Continuação

e) Intangíveis

	(Anos)	2021	2020
Amortizações dos intangíveis			
Relacionado ao mercado:			
Propriedade intelectual - marca	20	1.940	1.940
Relacionados a clientes:			
Carteira de clientes	16	3.122	3.122
Contratos consignados	8	-	2.128
(-) Amortização acumulada		(2.811)	(4.652)
		<u>2.251</u>	<u>2.539</u>

a) *Propriedade intelectual - marca*

O Banco Luso vem atuando há vários anos, tendo sua marca reconhecida na oferta de produtos de carteira comercial, crédito imobiliário, crédito rural e cartão de crédito. A partir de 2011, com a busca de novos acionistas, houve o reposicionamento estratégico do Banco Luso, com o foco passando a ser o setor de transporte público.

Toda a receita é auferida via Marca Banco Luso, não existindo marcas secundárias. Não há expectativas por parte dos novos acionistas de descontinuar a Marca, embora um processo de reposicionamento geral da marca venha sendo implementado.

Consideramos que a Marca Banco Luso, por meio de seu posicionamento estratégico, de característica do mercado e do reconhecimento pelos consumidores, gera benefícios econômicos futuros para o negócio.

b) *Relacionados à carteira de clientes*

O valor deste relacionamento baseia-se na expectativa de rentabilidade que o relacionamento adquirido por cliente/contrato deve gerar ao Banco Luso. Esta rentabilidade é resultado da recorrência esperada na contratação por estes clientes de produtos do Banco. Esta carteira de clientes adquirida deve obrigatoriamente sofrer redução ("run off") com base no histórico de perda de clientes, determinando sua vida útil e os benefícios que tal grupo de clientes gerará pelo prazo de vida útil remanescente.

Considerando os aspectos acima mencionados, o relacionamento com clientes do Banco Luso apresenta um médio nível de importância para seus compradores potenciais. Os fatores determinantes para a manutenção dos relacionamentos são: oferta, demanda, qualidade e competição.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

6. Investimento--Continuação

e) Intangíveis--Continuação

c) *Relacionados a Contratos Consignados*

O Banco Luso atua na concessão de empréstimos consignados a funcionários públicos de prefeituras do Estado de São Paulo, de Companhias públicas municipais, funcionários da Petrobrás, Marinha, e funcionários associados ao sistema SIAPE.

As receitas consideradas para esta carteira foram relativas a empréstimos já existentes e renovações ou recorrências de empréstimos dentro destes contratos entre o Banco Luso e as instituições públicas.

A receita do Banco Luso é composta pelos resultados de intermediação financeira nas operações de crédito com os funcionários públicos, segundo a Administração.

As projeções do Resultado de Intermediação Financeira foram baseadas em informações contratuais, projeções econômicas de analistas de mercado, assim como em dados históricos obtidos do Banco Luso e discutidos com a Administração.

Em Setembro de 2020 os ativos relacionados a *Contratos Consignados* foram total amortizados e para o exercício de 2021 foi realizado o encontro de contas do custo e amortização para melhor apresentação.

7. Impostos e contribuições a recolher

Passivo circulante

PIS - Programa de Integração Social
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Parcelamento de tributos federais – PIS e COFINS

Passivo não circulante

Parcelamento de tributos federais – PIS e COFINS

	2021	2020
	68	63
	313	291
	149	149
	530	503
	251	401

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

8. Dividendos a pagar

a) Composição dos saldos de dividendos a pagar

	2021	2020
Dividendos a pagar	549	2.593
	549	2.593

b) Movimentação dos saldos

	RuasInvest	VT Cunha	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	2.267	1.133	3.400
Pagamento de dividendos	(2.267)	(1.133)	(3.400)
Dividendos provisionados em 2020	1.729	864	2.593
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.729	864	2.593
Pagamento de dividendos	(1.729)	(864)	(2.593)
Adiantamentos concedidos em 2021	(1.427)	(714)	(2.141)
Dividendos provisionados em 2021	1.793	897	2.690
Saldo em 31 de dezembro de 2021	366	183	549

No exercício de 2021, a Companhia provisionou em seu balanço dividendos no montante de R\$2.690 (2020 - R\$ 3.400).

c) Remuneração da administração

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma controlada do Grupo RuasInvest, sendo que seus administradores são remunerados por outras Empresas do Grupo.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

9. Patrimônio líquido

a) Capital social - subscrito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as ações e o capital social subscrito estavam distribuídos entre os acionistas conforme abaixo:

	2021			2020		
	Quantidade de ações	Participação no capital	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital	Participação em %
Acionistas						
Ruainvest Participações S.A.	55.338.946	55.339	66,67%	55.338.946	55.339	66,67%
VT Cunha Participações Ltda.	27.661.054	27.661	33,33%	27.661.054	27.661	33,33%
	83.000.000	83.000	100%	83.000.000	83.000	100%

b) Capital social - integralizado

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as ações e o capital social subscrito e integralizados entre os acionistas conforme abaixo:

	2021			2020		
	Quantidade de ações	Participação no capital	Participação em %	Quantidade de ações	Participação no capital	Participação em %
Acionistas						
Ruainvest Participações S.A.	54.580.336	54.580	66,73%	54.456.336	54.456	66,70%
VT Cunha Participações Ltda.	27.211.348	27.211	33,27%	27.188.322	27.188	33,30%
	81.791.684	81.791	100%	81.644.658	81.645	100%

c) Aumento de capital

Os acionistas integralizaram o capital mediante depósito em conta corrente em 2021 no valor de R\$ 147, e em 2020 no valor de R\$ 123.

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	11.327	10.919
Constituição da reserva legal (5%)	(566)	(546)
Base de cálculo dos dividendos	10.761	10.373
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(2.690)	(2.593)
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	24%	25%

e) Destinação de resultado

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido do exercícios, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado pelos acionistas em AGO.

10. Despesas operacionais

	2021	2020
Despesas gerais e administrativas		
Serviços contábeis e de auditoria	(23)	(22)
Honorários advocatícios	(4)	-
Publicações	(4)	(4)
Taxas e emolumentos	-	(2)
Impostos e taxas	-	(352)
	(31)	(379)
Outras despesas operacionais		
Amortização de intangível	(288)	(467)
	(288)	(467)

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

11. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Valor futuro a pagar	6 meses ou menos	06 - 12 meses	Mais de 12 meses
Dividendos a pagar	549		549	
	549		549	

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

b) *Risco de moeda*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não trabalha com a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

A Companhia não possui aplicações sujeitas a exposição por risco cambial.

A Companhia não possui empréstimos em moeda estrangeira.

c) *Risco de taxa de juros*

Análise de sensibilidade

As variações mais significativas estão atreladas às operações pós-fixadas registradas no grupo de aplicações financeiras. A Companhia não possui tais aplicações em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente à administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia abaixo, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de risco financeiro--Continuação

c) *Risco de taxa de juros--Continuação*

Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

	2021	2020
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	16	2
Outras contas a receber	630	2.385
	646	2.387
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Outras contas a pagar	6	2
	6	2

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	2021	2020
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	16	2
Outras contas a receber	630	2.385
	646	2.387
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Outras contas a pagar	6	2
	6	2

RC Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

11. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

De acordo com o processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, todos estão classificados no Nível 2.